

LACIGF12 / 2019 – La Paz 5 a 8 de agosto

Flávia Lefèvre Guimarães – representante 3º Setor no CGI.br

Relatório participação

Participei do Painel **Perspectivas sobre el futuro de gobernanza de Internet**

En junio de este año, el High Level Panel on Digital cooperation (digitalcooperation.org) presentó su reporte “The age of digital interdependence” en el que ilustra la naturaleza interconectada de la tecnología digital, su impacto en políticas, y hace 5 recomendaciones para favorecer nuestro futuro común digital.

Este grupo, el HLPDC, había sido formado en el 2018 por el Secretario General de Naciones Unidas, con el objetivo de contribuir a aportar soluciones sobre cómo la sociedad global debe lidiar con los desafíos y oportunidades que traen las nuevas tecnologías.

El reporte de este panel es una base invaluable para la discusión global sobre cuales son las estructuras y mecanismos de gobernanza más apropiados para el futuro.

América Latina y Caribe no pueden estar ausentes de este debate que, entre otros puntos, incluye el futuro del Foro de Gobernanza de Internet Global (IGF) y cuál debe ser su evolución.

El propósito de este panel es iniciar un debate, que debe continuar luego del LACIGF, que tienda a generar las capacidades y masa crítica en la región para que los actores regionales lleven su voz al debate global.

Moderador: *Raúl Echeberría*

Panelistas:

- *Chengetai Masango (IGF)*
- *Andres Piazza*
- *Jackeline Morris (End Users)*
- *Sebastián Bellagamba (ISOC)*
- *Flávia Lefevre (CGI.br)*
- *Adela Goberna (ALAI)*

Texto da palestra:

1. Quero aproveitar esta preciosa oportunidade para destacar a importância do reconhecimento da natureza pública do espaço da Internet e sua respectiva infraestrutura – tanto as redes lógicas quanto as redes físicas de telecomunicações, como foi reconhecido no Encontro NETMundial – abril de 2014, que culminou com a Declaração de São Paulo formulada colaborativamente por mais de 1000 pessoas e assinada por mais de 110 países.
2. Sendo assim, para atuar no contexto da governança da Internet é fundamental dar consequência à premissa da busca pelo cumprimento do interesse público (mesmo nos espaços que são estritamente privados).
3. Especialmente porque grandes empresas têm atuado como monopólios mundiais, concentrando milhões de usuários que muitas vezes nem têm consciência da diferença entre a Internet propriamente dita e as aplicações ofertadas por meio dela.
4. Esta realidade tem levado a que o tráfego de dados pessoais e o fluxo de informação estejam concentrados nas mãos de poucos atores com poder econômico poucas vezes vistos na história, de modo preocupante, na medida em que a combinação desses fatores tem afetado não só a dignidade da pessoa humana individualmente e posto em risco as diversidades sociais e culturais, mas também as instituições democráticas de vários países, especialmente na América Latina, onde predominam planos de serviço de conexão a Internet, com franquia de dados restritas e restrição de acesso a poucos aplicativos, no caso Facebook e WhatsApp.
5. Esses problemas se intensificam, diante do potencial invasivo e discriminatório das novas tecnologias, com a utilização de algoritmos e inteligência artificial, associados a Internet das Coisas que só está no

começo e que gozam de uma proteção preocupante no âmbito de tratados de comércio internacional, que veem apresentando a tendência de restringir direitos do consumidor, por exemplo.

6. Os caminhos que o uso da Internet vem percorrendo, especialmente na AL, nos indica que a governança deve estar mais preocupada com definir diretrizes mais comprometidas com o interesse público e, para tanto, enfrentar via leis anti-truste o poder econômico de poucas empresas, bem como para educar os usuários para formar senso crítico no uso dos serviços e criarem mecanismos de defesa diante dos efeitos do que hoje é reconhecido pela comunidade acadêmica como capitalismo de vigilância.

7. Para tanto, nós do CGI.br, defendemos que os mecanismos de governança multissetorial é um dos caminhos que mais pode responder aos desafios que se apresentam, para que se alcancem os objetivos de uma internet ética, aberta e democrática.

Segue link para repercussão do painel publicado pelo Observacon
<https://www.observacom.org/lacigf-cgi-de-brasil-defiende-modelo-de-multiples-partes-interesadas-para-mantener-internet-abierta/>

São Paulo, 30 de outubro de 2019

Flávia Lefèvre Guimarães